|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** | | | | |
| **I - INFORMAÇÕES GERAIS** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Número do Processo**   **Administrativo:** | | | **03/2025** | |
|  | | | | |
| **2. Setor Requisitante:** | |  | | 1 - SECRETARIA DE GOVERNO |
|  | |  | | 2 - ASSESSORIA JURIDICA |
| **X** | | 6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |
|  | | 7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO |
|  | | 8 - SECRETARIA DE FAZENDA |
|  | | 9 - SECRETARIA DE SAÚDE |
|  | | 10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO |
|  | | 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS |
|  | | 12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO |
|  | | 13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
|  | | 14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |
|  | | 15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA |
|  | | 16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL |
|  | | | | |
| **3. Equipe de Planejamento da**  **Contratação:** | | | Patrícia Pedroso de Oliveira – Secretária de Planejamento  Claudia Janz da Silva - Secretária de Administração | |
|  | | | | |
| **4. Objeto:** | Locação, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II, do Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, de trator para retirada de galhos de médio e grande porte a fim de auxiliar o serviço de limpeza pública do município, com duração contratual de 90 (noventa) dias, após a data da publicação. | | | |
|  |  | | | |
| **5. Local** | Parque de Exposição Lauro Teodoro da Silva, Rua Ildefonso Ribeiro Faria, s/n.  FISCAL E GESTOR DO CONTRATO - PORTARIA NRº 2078/2025:  Secretária de Administração:   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **NOME** | **MATRÍCULA** | **FUNÇÃO** | | CLAUDIA JANZ DA SILVA | 4648 | Gestor de Contrato | | ELIAS MASSON | 4766 | Fiscal de Contrato | | | | |
|  | | |  | |
| **II - Diagnóstico da Situação Atual:** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):** | | | | |

O município de Bandeirantes enfrenta dificuldades significativas na realização da limpeza pública devido à falta de maquinário adequado para o manejo dos resíduos vegetais, especialmente galhos e materiais resultantes de poda e supressão de árvores. Atualmente, a coleta desses resíduos é realizada de forma inadequada, utilizando pá carregadeira e o esforço manual dos servidores, o que compromete a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

Além disso, o município já iniciou a aquisição de equipamentos para resolver essa questão. O contrato para a entrega de um triturador de galhos foi assinado, e o prazo de entrega está previsto para ocorrer entre maio e junho deste ano, dependendo da coordenação com o programa Itaipu Mais que Energia. No entanto, outro item essencial para o serviço, que é o trator com implemento específico para a coleta de galhos, enfrentou um revés: a licitação para a locação do equipamento (Pregão Eletrônico nº 5/2025) foi frustrada, pois todas as empresas participantes foram inabilitadas devido à falta de documentação exigida no edital.

Atualmente, está em processo de desenvolvimento uma nova licitação para a aquisição de um trator com implemento de garra. No entanto, a situação atual exige que a administração adote medidas rápidas e eficazes para equipar a cidade com os maquinários necessários, garantindo a eficiência e a segurança na limpeza pública, além de atender aos requisitos de saúde pública e segurança urbana.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):** | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | |
| X | **Sim** – Especificar Ano: 2025 | | |  | **Não** – Justificar em item 2.1. | | | | |
|  | | | | | | | | | |
| **SECRETARIA** | | **DEMANDA** | **VALOR** | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | **LOCAÇÃO DE TRATOR –** COM, NO MÍNIMO: CABINE; GUIDÃO; CARREGADEIRA COM REVERSÃO DE CÂMBIO; GARRAS TIPO CARREGADEIRA, QUE SERÁ UTILIZADA PARA RETIRADA DE GALHOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, AUXILIANDO NA LIMPEZA PÚBLICA.  \*SEM OPERADOR; \*SEM MÃO DE OBRA; \*SEM COMBUSTÍVEL; \* **MANUTENÇÃO**: a manutenção preventiva/reparadora que possa ser realizada pelos servidores ficará a cargo do Município, aquelas de menor complexidade, são atividades de simples reparos que ajudam a manter a máquina funcionando de maneira eficiente e segura. Embora sejam mais fáceis de realizar, essas tarefas são essenciais para evitar falhas maiores e garantir a longevidade da máquina.. A correção que não possa ser realizada por servidor ou considerada de grande complexidade, aquelas que requerem conhecimento profundo das máquinas e suas operações, além de ferramentas especializadas para garantir a segurança e a eficácia da manutenção. O processo também pode envolver o uso de equipamentos de levantamento, como guindastes, para mover componentes pesados, e a realização de testes rigorosos após a manutenção para garantir que a máquina esteja em plena operação. | R$ 58.800,00 | | | | | | |
|  | | | | | | | | | |
| 2.1. **JUSTIFICATIVA SE NEGATIVO**: Não se aplica  2.2. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:  2.2.1. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;  2.2.2. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;  2.2.3. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024; | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | |
| **2.2. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:** | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | |
| **2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** Em conformidade com as normas constantes dos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente contratação enquadra-se em: | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | |
| Criação ação de governo | | | | |  | Sim | **x** | Não |
|  | | | | |  |  |  |  |
| Expansão ação de governo | | | | |  | Sim | **x** | Não |
|  | | | | |  |  |  |  |
| Aperfeiçoamento ação de governo | | | | |  | Sim | **x** | Não |

|  |
| --- |
| **3. Descrição dos requisitos do potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):** |

**3.1. DO OBJETO:** locação de trator para retirada de galhos de médio e grande porte a fim de auxiliar o serviço de limpeza pública, em resposta à demanda da secretaria de Administração, com duração contratual de 90 (noventa) dias, após a data da publicação.

.

**3.2. DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **3.2.1** O presente objeto não foi adquirido nos últimos exercícios, não constando em nossos arquivos licitação anterior. |  | Sim | X | Não |
|  |  |
| **3.2.2.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, servindo o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo. |  | Sim | X | Não |
|  |  |
|  |  |
| **3.2.3.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo: **nº 14/2024**, constando observações pontuais e recomendações como forma de subsídio para o presente estudo. | X | Sim |  | Não |
|  |  |

**3.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:** Locação.

**3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

3.4.1. **Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho para Locação de Trator para catar galhos**

Os critérios essenciais de qualidade e desempenho para a locação de trator com o implemento garra, devem assegurar que o equipamento atenda às necessidades de eficiência, segurança e durabilidade, além de garantir que os serviços de limpeza pública sejam realizados de maneira eficaz. Abaixo estão os principais pontos que devem ser considerados:

* + - 1. Especificações Técnicas do Trator:

1. Potência do motor: O trator deve possuir potência mínima de 130 CV (cavalos-vapor), adequada para operar em terrenos urbanos e transportar volumes de galhos e entulho.
2. Capacidade de carga: O trator deve ser capaz de carregar um volume significativo de resíduos, com capacidade mínima de 1200 quilogramas.
3. Sistema hidráulico: O trator deve possuir sistema hidráulico eficiente para acionar implementos como a garra tipo "carregadeira de cana", capaz de carregar galhos de médio e grande porte.
4. Tipo de tração: O trator deve ser de tração nas quatro rodas (4x4), garantindo boa aderência e capacidade de operar em terrenos variados, especialmente em áreas com obstáculos e terrenos irregulares.
5. Sistema de reversão: O equipamento deve contar com sistema de reversão para facilitar a manobra em espaços apertados e para o transporte de galhos de maneira mais eficiente.
6. Implemento de garra: O trator deve ser equipado com garra de alta resistência, adequada para pegar, movimentar e carregar galhos e troncos de diferentes tamanhos.

3.4.1.2. Desempenho e Eficiência:

1. Eficiência na coleta de resíduos: O trator deve ser capaz de realizar a coleta e movimentação dos galhos de maneira rápida e eficiente, com baixa necessidade de intervenção manual dos operadores.
2. Velocidade operacional: O trator deve ser capaz de trabalhar a uma velocidade que não comprometa a qualidade do serviço, permitindo a movimentação eficiente dos resíduos para os caminhões coletores.
3. Facilidade de operação: O equipamento deve ser de fácil manuseio, com controles simples e acessíveis para os operadores, minimizando erros e aumentando a produtividade.

3.4.1.3. Segurança:

1. Sistema de segurança operacional: O trator deve possuir dispositivos de segurança, como trava de segurança nas garra e proteção para o operador contra acidentes com os implementos.
2. Estabilidade e resistência: O trator deve ser robusto e estável, com capacidade de suportar o peso dos galhos e entulhos, sem comprometer a integridade do veículo ou a segurança do operador.
3. Sistema de frenagem: O trator deve possuir sistema de frenagem eficiente e de fácil acionamento, garantindo segurança nas manobras e durante o transporte de resíduos.

3.4.1.4. Manutenção e Durabilidade:

1. Facilidade de manutenção: O trator e seus implementos devem ser de fácil manutenção, com componentes acessíveis para reparos rápidos e eficazes.
2. Durabilidade: O equipamento deve ser robusto e projetado para suportar o uso contínuo em condições exigentes de trabalho, como longos períodos de operação, terrenos irregulares e transporte de resíduos pesados.
3. Suporte técnico: A empresa locadora deve fornecer suporte técnico durante o período de locação, garantindo a resolução rápida de problemas técnicos, complexos.

3.4.1.5. Conformidade com Normas e Regulamentações:

1. Normas ambientais: O trator deve atender às regulamentações ambientais vigentes, evitando a emissão excessiva de poluentes e garantindo um baixo impacto ambiental durante sua operação.
2. Licenciamento e documentação: O trator deve estar devidamente licenciado e com toda a documentação em dia, incluindo registros de manutenção e inspeções regulares, conforme as normas do município ou do estado.

3.4.1.6. Prazo de Locação:

1. Disponibilidade imediata: O equipamento deve estar disponível para entrega imediata, conforme as necessidades do município, e permanecer à disposição pelo período acordado, sem interrupções.
2. Compromisso com o prazo de entrega: A locadora deve cumprir rigorosamente o prazo de entrega e garantir que o trator esteja em perfeito estado de funcionamento no momento da entrega.

Esses padrões mínimos têm o objetivo de garantir que o trator locado seja capaz de atender às demandas de limpeza pública de forma eficiente, segura e sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

**3.5. AMOSTRA**: Não se aplica, considerando que não está presente uma das condições do art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**3.6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

* + 1. Eficiência Energética e Emissões: O trator deve atender às normas ambientais de eficiência energética, com baixos níveis de emissão de poluentes e consumo otimizado de combustível. Isso contribui para a redução da pegada de carbono durante as operações, alinhando-se aos objetivos de sustentabilidade e preservação ambiental.
    2. Equipamento de Baixo Impacto Ambiental: O trator deve ser projetado para minimizar impactos ambientais, como ruídos excessivos e poluição do solo ou da água, durante a operação. Deve ser equipado com sistemas de controle de emissão e estar em conformidade com as regulamentações ambientais vigentes.
    3. Durabilidade e Manutenção Sustentável: O trator e seus implementos devem ser fabricados com materiais duráveis e de longa vida útil, reduzindo a necessidade de substituição frequente. A locadora deve garantir que o equipamento seja bem mantido durante o período de locação, com manutenção preventiva e uso de peças de reposição sustentáveis, quando possível.
    4. Gestão de Resíduos: O trator e os implementos devem ser operados de forma a otimizar a remoção de galhos e resíduos, evitando o desperdício de materiais. O processo de coleta e transporte deve seguir diretrizes para a correta destinação e reaproveitamento dos resíduos, promovendo a compostagem ou reciclagem, sempre que possível, para minimizar o impacto ambiental.
    5. Treinamento e Conscientização Ambiental: Os operadores do trator devem ser treinados para utilizar o equipamento de forma eficiente, garantindo que o processo de limpeza pública seja realizado com o mínimo de impacto ambiental. O treinamento deve incluir práticas de sustentabilidade e gestão ambiental para conscientizar os envolvidos sobre a importância de um manejo responsável dos resíduos.
    6. Responsabilidade Social e Local: A locadora do trator deve, sempre que possível, priorizar fornecedores locais e empregar práticas comerciais que beneficiem a comunidade. Isso inclui a geração de emprego local, a redução da pegada de transporte e o apoio ao desenvolvimento econômico sustentável da região.
    7. Gestão de Recursos e Eficiência no Uso: A locação deve ser planejada para garantir o uso eficiente do trator, maximizando a produtividade durante o período de 90 (noventa) dias, sem desperdício de recursos ou tempo.
    8. O equipamento deve ser utilizado de maneira a otimizar a coleta e a remoção de resíduos, cumprindo as metas ambientais e operacionais da Secretaria de Administração.

Esses critérios visam garantir que o serviço de locação do trator para a retirada de galhos de médio e grande porte seja realizado de maneira ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos e promovendo práticas sustentáveis que favoreçam tanto o município quanto o meio ambiente.

**3.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO**: Não será exigida garantia contratual para a execução dos serviços. No entanto, a ausência de garantia não exime a fornecedor de sua responsabilidade pela perfeita execução do contrato, e atendimento ao prazo de garantia estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). O inadimplemento de qualquer obrigação contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, incluindo a retenção de pagamentos.

**3.8.** **MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** A empresa fornecerá o trator **sem operador**, **sem mão de obra** e **sem combustível**. Quanto à **manutenção**, a responsabilidade pela execução de tarefas preventivas ou reparadoras de menor complexidade ficará a cargo do Município, sendo realizadas pelos seus próprios servidores. Essas atividades incluem reparos simples, fundamentais para manter o trator funcionando de maneira eficiente e segura, prevenindo falhas maiores e prolongando a vida útil do equipamento. Já as correções mais complexas, que exigem conhecimento técnico especializado das máquinas e suas operações, serão de responsabilidade da empresa fornecedora. Essas manutenções podem demandar ferramentas específicas, como guindastes para a remoção de componentes pesados, e a realização de testes rigorosos para garantir que o trator retorne à operação em plenas condições de funcionamento e segurança.

**3.9.** **NECESSIDADE OU NÃO DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**: Não se aplica.

**3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | Contratação com itens exclusivos para os beneficiados (art. 48, I da LC 123/06); |
|  |  |
|  | Reserva em objeto divisível de cota de até 25% para os beneficiários (art. 48, III da LC 123/06); |
|  |
|  | Prioridade de contratação para as privilegiadas sediadas locais ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06); |
|  |
|  |  |
|  | Possibilidade de subcontratação das privilegiadas nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, I da LC 123/06). |
|  |

3.10.1. **JUSTIFICATIVA**: Em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, artigos 42 a 46, da Lei Complementar Municipal nº 2.984/2009 e suas alterações, será concedido tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). A empresa que se apresentar como ME ou EPP deverá apresentar declaração de comprovação de seu enquadramento em um dos referidos regimes, caso tenha utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, conforme estabelece a Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, nas condições especiais previstas nos artigos 42 a 45.

**3.11. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS:** Se aplicará a presente contratação a possibilidade departicipação de cooperativas desde que estas declarem que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

**3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:** Não será permitida a participação de empresas de forma consorciada, considerando a natureza comum do objeto, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

**3.13. DA SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, sem a competente, expressa e formal anuência da CONTRATANTE.

**3.14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:**

3.14.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: **março/2025**

3.14.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: **março /2025**

3.14.3. Data início da execução: a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município

3.14.4. Prazo de vigência: O prazo de vigência inicial do contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, disponível em [https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico]. O contrato poderá ser prorrogado, nos termos dos artigos 405 e 406 do Decreto nº 3.537/2023, desde que sua prorrogação seja considerada vantajosa para a administração municipal.

3.15.5. Durante a vigência do contrato, as empresas contratadas ficarão obrigados a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados.

**3.15.** **MAPA DE RISCO:** Análise dos riscos da contratação segue anexo.

**3.16. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS**

3.16.1. A CONTRATADA, em decorrência da execução do contrato, poderá ter acesso a dados, materiais, documentos e informações sigilosas. Nesses casos, compromete-se a manter absoluto sigilo sobre tais informações e a instruir seus colaboradores a fazerem o mesmo, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas internas da CONTRATANTE aplicáveis à proteção de dados.

3.16.2. Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a Contratada deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais com acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade fornecidos pela CONTRATANTE.

3.16.3. As PARTES devem cumprir rigorosamente a LGPD, responsabilizando-se por qualquer violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que realizarem, seja diretamente ou por meio de terceiros.

3.16.4. Para os fins da LGPD, a CONTRATANTE atuará como Controladora dos dados pessoais, e A Contratada atuará como Operadora, no tratamento de dados pessoais para a execução deste Contrato.

3.16.5. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as instruções e os limites estabelecidos pela CONTRATANTE para o tratamento de dados pessoais e informações sigilosas, bem como os requisitos e vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação.

3.16.6. O tratamento de dados pessoais e informações sigilosas realizado pela Contratada em nome da CONTRATANTE deverá observar finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas à execução do objeto contratado.

3.16.7. A CONTRATADA somente poderá compartilhar, conceder acesso ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução deste Contrato. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou administrativa, a CONTRATANTE deverá ser informada sobre o compartilhamento dos dados pessoais em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem pela Contratada.

3.16.8. A CONTRATADA é integralmente responsável por qualquer uso indevido de dados pessoais e informações sigilosas por seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço.

|  |
| --- |
| **III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):** |
|  |
| 1. **Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):** |

1.1. Com o objetivo de encontrar as melhores soluções para o cumprimento do objeto proposto, a pesquisa realizada trouxe as seguintes possibilidades, levando em consideração as implicações para a gestão municipal e a eficiência dos processos envolvidos:

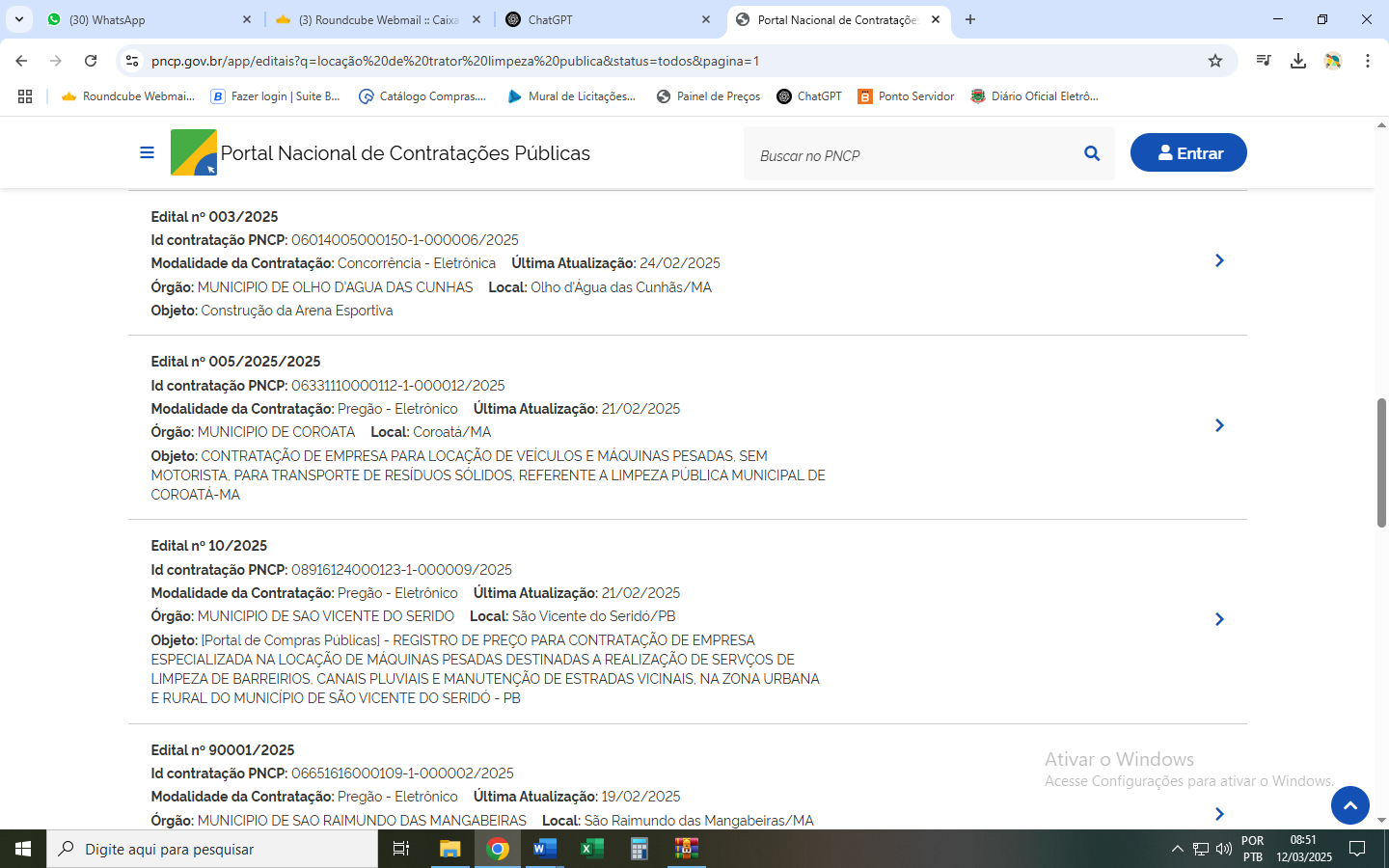
**a) Aquisição de Equipamento Novo:** é uma alternativa que exige um **alto investimento inicial**. Este tipo de compra envolve o desembolso de uma quantia significativa, o que pode ser um **desafio financeiro** para o município, especialmente quando os recursos disponíveis são limitados. Dada a impossibilidade de realizar o investimento inicial, é necessário buscar alternativas mais viáveis e sustentáveis para atender à demanda sem comprometer a saúde financeira do município. Essa alternativa exige um planejamento orçamentário robusto.

**b) Locação de Equipamentos:** Por outro lado, a locação do equipamento, trata-se de solução de curto e médio prazo, representa a alternativa mais viável financeiramente para um município que não tem condições de fazer o investimento inicial para a aquisição de um equipamento deste neste momento, e ainda, ao optar pela locação, o município pode obter os tratores necessários de forma rápida, sem ter que esperar por um processo de aquisição, que pode envolver licitação, análise de propostas, e entrega do equipamento. Isso permite uma resposta mais ágil às necessidades da população, com a remoção de galhos e resíduos de maneira eficiente e dentro do prazo estabelecido.

**1.2. Solução Adequada para a Solicitação das Secretaria**

Após avaliar as alternativas apresentadas, a solução mais adequada para atender à demanda das secretarias é a **locação de equipamentos**. Essa opção se alinha melhor à realidade orçamentária do município, atendendo de forma eficaz à necessidade urgente de **remoção de galhos e resíduos**, garantindo a **eficiência** e o **cumprimento do prazo estabelecido**. Dessa forma, a **locação de tratores** (solução "B") é a alternativa que melhor se ajusta às necessidades e condições financeiras disponíveis no momento.

1.3. Consultando o portal do PNCP, constatou-se que diversos municípios que têm adotado a aquisição através de Pregão eletrônicos em situações semelhantes à descrita neste estudo. Exemplos incluem:



*Disponível em:* [https://pncp.gov.br/app/ editais?q=loca%C3%A7%C3%A3o%20de% 20trator%20limpeza%20publica&status=todos&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/%20editais?q=loca%C3%A7%C3%A3o%20de%25%2020trator%20limpeza%20publica&status=todos&pagina=1)

|  |
| --- |
| 1. **Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):** |

2.1. Considerando as pesquisas realizadas, o valor estimado da contratação se deu em R$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), conforme demonstrado na tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** | | | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **CATMAT** | **UNIDADE** | **QNT** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| 1 | **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE TRATOR – COM, NO MÍNIMO: CABINE; GUIDÃO; CARREGADEIRA COM REVERSÃO DE CÂMBIO; GARRAS TIPO CARREGADEIRA DE CANA, UTILIZADA PARA RETIRADA DE GALHOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, AUXILIANDO NA LIMPEZA PÚBLICA; SEM OPERADOR; SEM MÃO DE OBRA; SEM COMBUSTÍVEL; SEM MANUTENÇÃO. POTÊNCIA MÍNIMA 90 CV**  **DIMENSÃO MÍNIMA 3,70 DE ALTURA 2,40 DE LARGURA 5,30 DE COMPRIMENTO E APROXIMADAMENTE 6500 QUILOS**  **ANO 🟰 2011**  **ESTADO DE USO🟰 BOM** | 4014 | MÊS | 3 | R$ 19.600,00 | R$ 58.800,00 |
| **VALOR TOTAL R$ 58.800,00** | | | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **2.1.2. Parâmetros utilizados (documentos em anexo):** | |
| **x** | Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; |
|  |  |
| **x** | Painel de Preços do Governo Federal; |
|  |  |
|  | Banco de Preços em Saúde; |
|  |  |
| **x** | Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços; |
|  |
|  | Dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (Ex. Tabela Fipe, CMED, tabelas oficiais.) |
|  |
|  |  |
|  | Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; |
|  |  |
| **x** | Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail; |
|  |
|  |  |
| **x** | Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares; |
|  |  |
|  | Outros: |

**2.2. Estimativa da Quantidade**

2.2.1 A definição do prazo de 90 (noventa) dias para a locação do trator foi fundamentada em diversos critérios técnicos e operacionais, com o objetivo de atender de forma rápida e eficaz às necessidades atuais da limpeza pública no município. A escolha desse período é justificada pela urgência da demanda e pelo fato de que o processo de aquisição de um equipamento ou de licitação para a locação ainda se encontra em fase de estudo. Levando em conta o contexto atual, os seguintes aspectos foram considerados na definição do prazo:

a) Urgência no Atendimento à Demanda de Limpeza Pública:   
O município enfrenta uma necessidade emergencial de remoção de galhos e resíduos devido a eventos climáticos adversos, como chuvas intensas, ventos fortes e a poda realizada pelos contribuintes. O prazo inicialmente estipulado garante que o serviço de limpeza pública seja iniciado sem demora, atendendo prontamente às necessidades da população. A urgência dessa solicitação torna a locação a solução mais rápida e acessível, sem a necessidade de aguardar longos procedimentos administrativos de aquisição ou licitação.

b) Tempo Necessário para Concluir o Processo de Licitação ou Aquisição:  
Considerando que o processo de licitação ou aquisição de equipamentos está em fase de análise, o prazo de 90 dias foi definido para suprir a demanda imediata por tratores enquanto a compra formal ou a locação definitiva é finalizada. Esse período de locação temporária garante que a limpeza pública não seja interrompida devido à demora nos trâmites administrativos e proporciona tempo suficiente para a conclusão do processo com a devida atenção e rigor.

c) Flexibilidade para Ajustes no Processo de Aquisição:  
A escolha do prazo também considera a possibilidade de ajustes durante o processo de aquisição do trator ou ao longo do contrato de locação, caso seja necessário. Esse intervalo oferece a flexibilidade essencial para modificar o processo licitatório, caso surjam imprevistos ou dificuldades durante a fase de planejamento e análise, sem comprometer a continuidade das atividades de limpeza pública no município.

d) Capacidade Operacional e Planejamento de Trabalho:  
O período de 90 dias foi dimensionado para garantir que o trator locado possa executar a remoção de galhos e resíduos de maneira eficiente, atendendo a necessidade contínua de limpeza e assegurando que a demanda seja atendida de forma otimizada. Durante esse intervalo, o município terá tempo para avaliar a eficácia da locação e decidir sobre possíveis ajustes, prorrogações ou alternativas para o serviço.

e) Eficiência Orçamentária e Planejamento de Recursos:  
Esse prazo de locação permite que o município utilize o trator necessário para a limpeza pública sem comprometer grandes recursos financeiros em um contrato de longa duração, ao mesmo tempo que atende à necessidade imediata de equipamentos. Ao fim desse período, será possível avaliar de forma mais clara a viabilidade financeira para a continuidade do serviço, considerando a possibilidade de prorrogação da locação ou adoção de uma solução mais permanente.

f) Transição para Soluções de Longo Prazo:  
Além disso, o prazo de 90 dias serve como um período de transição, permitindo que uma solução de longo prazo seja planejada e implementada de maneira estruturada. Durante esse tempo, o município terá a oportunidade de concluir o processo de licitação ou aquisição do equipamento definitivo, garantindo que a continuidade dos serviços de limpeza pública não seja afetada.

2.2.2 A definição do quantitativo do objeto foi cuidadosamente planejada, levando em consideração a urgência da limpeza pública, o tempo necessário para a conclusão do processo licitatório e a eficiência operacional. Esse período de locação permite que o município atenda de forma imediata às demandas emergenciais de remoção de galhos e resíduos, enquanto finaliza os trâmites administrativos necessários para a aquisição ou locação definitiva do equipamento. Assim, o prazo estabelecido garante que o município consiga atender à população de forma rápida e eficaz, sem prejudicar a continuidade dos serviços e permitindo uma transição suave para uma solução permanente.

1. **Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):**

**3.1. Justificativa:** A escolha da locação do trator para auxiliar na limpeza pública do município é uma solução eficaz e viável, especialmente considerando a urgência da necessidade de remoção de galhos e resíduos gerados por eventos climáticos adversos e poda de árvores. A locação permite que o município atenda rapidamente à demanda sem a necessidade de um alto investimento inicial para a aquisição de equipamento, o que é fundamental dado o contexto orçamentário atual. Além disso, a locação proporciona uma flexibilidade operacional, garantindo que o trator necessário esteja disponível para uso imediato, enquanto o processo de aquisição ou licitação de equipamentos permanentes está em andamento. Essa abordagem assegura que os serviços de limpeza pública não sejam prejudicados e que a eficiência e a qualidade na execução das tarefas sejam mantidas durante o prazo de locação. Em síntese, a locação do trator se apresenta como a alternativa mais rápida, econômica e eficiente, permitindo ao município atender à demanda de limpeza pública de forma imediata, sem comprometer os recursos financeiros, e proporcionando uma solução temporária, mas eficaz, até que uma solução de longo prazo seja implementada.

**3.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A Solicitação de Demanda não indicou e esta equipe não localizou nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado. |
|  |
|  |  |
| **X** | Foram localizados normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo: |
|  |

**3.4.1.** Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.4.2.** Decreto Municipal nº 3.537/2023.

**3.4.3.** Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**3.4.4.** Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

**3.4.5.** PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;

**3.4.7.** LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;

**3.4.8.** LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;

**3.4.9.** Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

**IV - Detalhamento da Solução Escolhida**

1. **Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº3.537/2023):**

**MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

1.1. Recomenda-se a Contratação Direta, por Dispensa de Licitação, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, com fundamento no art. 75°, inciso II, da Lei Federal n° 14.133, de 2021, o que garantirá que a administração pública pague o menor valor pela totalidade dos itens, sendo ainda que as regras e os requisitos para a celebração do contrato estarão disponíveis no Termo de Referência deste processo.

1.2. Poderão participar do processo pessoas jurídicas que possuam, em seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o código e descrição de atividade econômica principal e/ou secundária pertinente ao objeto, que comprovem aptidão para os serviços apresentados e que apresentem a documentação exigida neste estudo técnico, bem como nos Termos de Referência.

**PRAZOS PARA ENTREGA**

1.3. O prazo de entrega/disponibilidade do equipamento, será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da solicitação de fornecimento ou empenho, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos desde que justificado e aceito pelo contratante.

**CONDIÇÕES DE ENTREGA**

1.9. O equipamento deverá ser entregue/desponibilizado em total conformidade com as normas, especificações e orientações técnicas existentes para eles.

1.10. A responsabilidade do transporte do equipamento será da empresa contratada desde o carregamento até o descarregamento no local indicado.

1.11. O equipamento deverá ser entregue diretamente no almoxarifado municipal, localizado na rua Parque de Exposição Lauro Teodoro da Silva, Rua Ildefonso Ribeiro Faria, S/N, no horário compreendido entre 08:00h e 11:30h, e da 13:00 as 17:00 h, de segunda a sexta feira, nas quantidades que forem solicitadas pela administração.

1.12. O descarregamento do equipamento será de inteira responsabilidade da contratada que deverá arcar com todos os custos na contratação de pessoal para auxiliar no processo de entrega.

**MODELO DE GESTÃO**

1.13. O modelo de gestão deverá ser fixado em Termo de Referência, restando nesta oportunidade indicado o fiscal e gestor do contrato como sendo os constantes da Portaria nº 2078/2025:

A fiscalização do contrato deverá ser realizada pelos senhores:

Secretária de Administração:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NOME** | **MATRÍCULA** | **FUNÇÃO** |
| CLAUDIA JANZ DA SILVA | 4648 | Gestor de Contrato |
| ELIAS MASSON | 4766 | Fiscal de Contrato |

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

1.9. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas em nome do Município de Bandeirantes, CNPJ nº 76.235.753/0001-48, Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, Bandeirantes/PR, constando o número da licitação, do contrato e solicitação de fornecimento/empenho se for o caso.

1.10. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal.

1. **Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15,§1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A contratação do objeto estudado se dará de forma dividida em vários itens/lotes ou global por lotes, por se mostrar tecnicamente e economicamente viável, além de permitir um número maior de interessados na participação da disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas. **Cumpre destacar que o julgamento será menor preço.**  **JUSTIFICATIVA:** O critério de julgamento "menor preço" será adotado para garantir que a contratação seja realizada de maneira eficiente e com a melhor relação custo-benefício para a administração pública. Esse critério visa assegurar que, dentro das condições apresentadas, a empresa contratada proponha o menor valor total para a entrega dos pneus, de acordo com as quantidades necessárias, assegurando, assim, que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável e econômica. |
| **x** |
|  |
|  |  |
|  | A contratação do objeto não será parcelada por item, considerando prejuízos para o município em relação ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitação do plano de fiscalização. |
|  |
|  |

1. **Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):**

3.1. A presente solução por si só é suficiente para atender a demanda solicitada, não sendo necessárias contratações interdependentes para o cumprimento do objeto.

3.2. Não há contratações correlatas à pretendida.

1. **Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

4.1. O resultado pretendido com a locação do trator com garra para o recolhimento de galhos, por meio de dispensa de licitação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, é atender de forma imediata e eficiente às demandas emergenciais de limpeza pública no município. Esse período de locação foi estipulado com base na urgência da situação e no fato de que o processo de aquisição ou de licitação para a locação definitiva do equipamento encontra-se em fase de estudo, o que possibilita ao município realizar o serviço sem comprometer a qualidade da limpeza urbana ou a saúde financeira da administração pública.

4.2. Benefícios Diretos:

1. Atendimento Rápido à Demanda de Limpeza Pública: A locação do trator com garra possibilita a remoção imediata de galhos e resíduos, principalmente oriundos de eventos climáticos como chuvas fortes e ventos, além da poda de árvores realizada pelos moradores. Isso garante que a cidade seja limpa de maneira rápida e eficiente, sem atrasos significativos.
2. Eficiência Operacional: O trator com garra é altamente especializado para a remoção de galhos de médio e grande porte, o que permite uma execução mais eficiente do serviço. A agilidade na execução do trabalho é um benefício direto, já que o trator pode processar grandes volumes de resíduos em menos tempo, resultando em uma melhor utilização dos recursos do município.
3. Solucionar a Necessidade Imediata de Equipamentos: Considerando que o processo de aquisição ou licitação do equipamento definitivo ainda está em andamento, a locação oferece uma solução temporária que garante a continuidade da limpeza pública sem a interrupção dos serviços, enquanto o processo formal está sendo finalizado.
4. Flexibilidade e Economia de Recursos: A locação permite ao município evitar grandes investimentos iniciais, o que seria necessário na aquisição de um trator novo. Isso proporciona um planejamento orçamentário mais flexível, já que os recursos podem ser alocados para outras áreas prioritárias até que uma solução definitiva seja encontrada.
5. Manutenção do Equipamento: Na locação, a manutenção do trator geralmente fica sob responsabilidade da empresa locadora, o que reduz os custos e a necessidade de gestão de manutenção por parte da administração pública, permitindo que o município se concentre nas atividades essenciais de limpeza.

4.3. Benefícios Indiretos:

1. Melhoria na Qualidade de Vida da População: A limpeza eficiente das vias públicas contribui diretamente para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. A remoção de galhos e resíduos evita problemas como entupimentos de bueiros, proliferação de doenças e facilita a circulação de pedestres e veículos, além de melhorar a impressão estética da cidade.
2. Prevenção de Acidentes e Desastres Ambientais: A remoção oportuna de galhos e resíduos ajuda na prevenção de acidentes. Galhos caídos podem bloquear ruas, criar obstáculos ou causar acidentes, e a remoção eficiente desses resíduos diminui o risco de danos à infraestrutura urbana e à segurança pública.
3. Capacidade de Resposta em Caso de Emergências Futuras: Ao optar pela locação de tratores durante esse período, o município estará mais bem preparado para enfrentar situações de emergência climática ou outras necessidades de limpeza rápida, com a garantia de que os equipamentos estão disponíveis para uso imediato, sem precisar esperar pela conclusão do processo de licitação ou aquisição de um equipamento permanente.
4. Desenvolvimento de Capacidades Administrativas: A experiência adquirida durante esse período de locação pode servir para a avaliação de necessidades e definição de estratégias futuras, ajudando o município a aprimorar os procedimentos operacionais e orçamentários. Além disso, o município pode usar esse período para planejar com mais clareza a aquisição de equipamentos a longo prazo, alinhando suas necessidades à realidade orçamentária e às prioridades de gestão.
5. Sustentabilidade Financeira e Planejamento de Longo Prazo: O período de 90 dias permite ao município avaliar o custo-benefício da locação, ajudando a determinar se a compra ou locação contínua de equipamentos é a melhor alternativa. Ao final desse período, o município poderá fazer uma análise mais robusta sobre a necessidade de prorrogação da locação ou de compra de um trator definitivo, considerando o impacto financeiro e operacional no longo prazo.

4.4. Fica evidente que abordagem proposta no presente procedimento proporcionará ao município a continuidade das operações enquanto o processo de aquisição definitiva do equipamento ou a licitação de licitação seja finalizado, sem comprometer o orçamento e garantindo a segurança e a saúde pública de forma imediata.

1. **Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):**
   1. Realização de certificação de disponibilidade orçamentário.
   2. Providenciar a publicação do ato da designação do fiscal e gestor do contrato.
   3. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços.
   4. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados.
   5. A administração deverá providenciar capacitação para os fiscais e gestor de contrato, para a plena execução da função.
   6. Publicação e divulgação do edital e anexos.
   7. Elaboração de contrato.
   8. Acompanhamento da execução do contrato, através de fiscal de contrato (técnico e administrativo);
   9. Receber o objeto da contratação.
   10. Deverá ser realizado o monitoramento contínuo da prestação de serviços pela empresa fornecedor, garantindo que os requisitos e padrões de qualidade sejam atendidos.
2. **Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A presente contratação não representa riscos de impactos ambientais |
|  |  |
| x | Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações destacadas a seguir com intuito de combater/minimizar os efeitos causadores:  O processo de aquisição de pneus novos pode gerar diversos impactos ambientais, tanto durante a fabricação quanto durante o descarte. Aqui estão os principais impactos ambientais verificados:  **Impactos Ambientais Positivos:**   1. Redução da Acúmulo de Resíduos e Galhos nas Vias Públicas: A utilização de tratores com garra para a remoção de galhos e resíduos urbanos evita o acúmulo de lixo nas ruas e vias públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente urbano. Isso ajuda a reduzir a poluição visual e o risco de proliferação de vetores de doenças, como mosquitos e roedores. 2. Prevenção de Entupimento de Drenagem Pluvial: A remoção eficiente de galhos e detritos impede que esses materiais obstruam bueiros e canais de drenagem. Isso contribui para a redução de alagamentos durante períodos de chuvas intensas, diminuindo o risco de erosão do solo e de desastres ambientais. 3. Redução do Risco de Incêndios Urbanos: A remoção de galhos secos e materiais combustíveis das áreas urbanas reduz o risco de incêndios, especialmente durante períodos secos. O trator com garra permite a limpeza eficiente de áreas com alto acúmulo de material vegetal, contribuindo para a prevenção de incêndios florestais e urbanos, com impacto positivo na segurança ambiental. 4. Facilitação de Ações de Reciclagem e Compostagem: O trator com garra pode ser utilizado para a separação e transporte adequado de materiais recicláveis ou resíduos orgânicos, facilitando o processo de reciclagem e compostagem. Isso pode promover práticas mais sustentáveis na gestão de resíduos urbanos e reduzir a quantidade de lixo enviado a aterros sanitários.   **Impactos Ambientais Negativos:**   1. Emissões de Gases Poluentes: Como qualquer equipamento movido por combustível fóssil, a utilização do trator com garra pode gerar emissões de dióxido de carbono (CO2), óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado, contribuindo para a poluição do ar e o efeito estufa. A quantidade de emissões dependerá do tipo de combustível utilizado e da eficiência do trator. 2. Impactos na Qualidade do Solo e da Vegetação: O uso inadequado do trator pode causar compactação do solo nas áreas de atuação, especialmente se o terreno for sensível. A compactação pode prejudicar a fertilidade do solo, dificultando o crescimento da vegetação e alterando o ciclo hidrológico local. Além disso, a movimentação excessiva pode afetar áreas verdes e ecossistemas urbanos, se não for realizada de forma planejada. 3. Ruído e Poluição Sonora: O trator com garra, especialmente em operação contínua, pode gerar níveis de ruído elevados, impactando negativamente os moradores locais e a fauna urbana. O ruído constante pode afetar a qualidade de vida da população, além de ser prejudicial para animais silvestres e aves locais. 4. Consumo de Recursos Naturais: O funcionamento do trator envolve o uso de combustíveis fósseis, o que leva ao consumo de recursos naturais não renováveis e à dependência de energia não sustentável. Isso pode contribuir indiretamente para a depleção de recursos naturais e para a mudança climática, caso não haja uma política de substituição por fontes de energia mais limpas, como eletricidade ou biocombustíveis. 5. Geração de Resíduos de Manutenção e Descarte: A manutenção do trator gera resíduos, como óleo usado, filtros de ar e óleo, pneus desgastados e outros materiais, que necessitam de destinação adequada para não impactar o meio ambiente. O descarte incorreto desses materiais pode causar contaminação do solo e da água.   **Mitigação dos Impactos Ambientais:**  Para minimizar os impactos ambientais negativos, o município pode adotar as seguintes estratégias: Manutenção preventiva do trator, garantindo que o equipamento esteja sempre em condições ideais de funcionamento, o que reduz o consumo de combustível e as emissões.   * Utilização de combustível menos poluente, como biocombustíveis ou a implementação de tratores elétricos ou híbridos, quando disponível. * Planejamento da operação para evitar o uso excessivo de áreas sensíveis e para garantir a proteção da vegetação local e do solo. * Implementação de práticas de gestão sustentável de resíduos, promovendo a reciclagem, compostagem e destinação adequada de materiais descartados durante a operação. * Limitação do tempo de operação em áreas residenciais para reduzir a exposição da população ao ruído excessivo.   Com a implementação de medidas corretivas e a **monitorização constante**, é possível maximizar os benefícios ambientais e minimizar os impactos negativos, garantindo que a solução de locação seja uma alternativa sustentável para o município. |
|  |

**V – Posicionamento Conclusivo:**

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado em harmonia com Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 3.537/2023 de 09 de maio de 2023, considera a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos para a Dispensa de Licitação, objetivando aquisição de pneus novos para atender a parte da frota municipal, pelo período de 90 (noventa) dias, contados da publicação do extrato do contrato no diário oficial eletrônico do município.

Diante dos benefícios potenciais em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, recomenda-se a continuidade do processo, não havendo impedimentos para a aquisição conforme proposto.

Bandeirantes (PR), 13 de março de 2025

**PATRÍCIA PEDROSO DE OLIVEIRA**

**Secretária de Planejamento**

**CLAUDIA JANZ DA SILVA**

**Secretaria da Administração**